

Newcastle University e-prints

Date deposited: 9th December 2011

Version of file: Published

Peer Review Status: Peer reviewed

Citation for item:

Campbell E. [A vida emocional do poder governamental](#). *Ecopolítica* 2011, **1**(1), 43-76.

Further information on publisher website:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica>

Publisher's copyright statement:

This journal provides immediate open access to its content on the principle that scientific knowledge freely available to the public supports a greater global exchange of knowledge.

The definitive version of this article is available at:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7656>

Always use the definitive version when citing.

Use Policy:

The full-text may be used and/or reproduced and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not for profit purposes provided that:

- A full bibliographic reference is made to the original source
- A link is made to the metadata record in Newcastle E-prints
- The full text is not changed in any way.

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**Robinson Library, University of Newcastle upon Tyne, Newcastle upon Tyne.
NE1 7RU. Tel. 0191 222 6000**

A vida emocional do poder governamental

Elaine Campbell

Professora de Criminologia na Escola de Geografia, Política e Sociologia Claremont Bridge, New Castle University, Reino Unido.

RESUMO:

Este artigo problematiza alguns dos princípios-chave da tese da governamentalidade e questiona seus pressupostos centrais sobre formas de racionalidade, processos de subjetivação e condições de possibilidade para a conduta ética. Também nos leva a reconsiderar os princípios da governança neoliberal contemporânea, suas “racionalidades de governo”, tecnologias e aparatos, a maneira como estes trabalham para capturar tanto corações quanto mentes e ainda como promovem uma arte de governar “emocionalizada”, a ponto de podermos falar, apropriadamente, de “emocionalidades de governo”.

Palavras-chave: Governamentalidade, emocionalidades, justiça criminal, segurança, confiança.

ABSTRACT:

This paper problematises some of the key tenets of the governmentality thesis and questions its core assumptions about forms of rationality, processes of subjectivation and the conditions of possibility for ethical conduct. It also prompts us to reconsider the tenets of contemporary neo-liberal governance, its “rationalities of rule”, technologies and apparatuses, how these work to capture hearts as well as minds, and how these may promote an, emotionalised art of government such that we might properly speak of “emotionalities of rule”.

Keywords: Governmentality, emotionalities, criminal justice, security, confidence.

Introdução

Estudos em governamentalidade expandiram nosso entendimento sobre como as estratégias de regulação neoliberais governam por meio de escolhas autorreguladas, empresariais e competitivas, de indivíduos autônomos que exercitam racionalidade econômica, política e social nas escolhas que fazem e decisões que tomam. Como coloca Burchell,

cada vez mais o governo invade o que há de mais individual nos indivíduos, as relações práticas que estes têm consigo mesmos na condução de suas vidas; *ele os afeta intimamente, fazendo da sua racionalidade a condição para a liberdade ativa destes indivíduos* (Burchell, 1996: 30).

Nas considerações foucaultianas sobre o neoliberalismo, encontramos, consistentemente, uma cidadania formada por sujeitos responsáveis que se autointegram na miríade dos “regimes calculistas”, inscrevem-se em suas próprias maneiras privadas de “administração de riscos” e adotam a ética do “utilitarismo” para maximizar seus estilos de vida e, assim, tomá-los (por engano)¹ como produto de suas escolhas pessoais. De acordo com esta descrição, parece que os sujeitos neoliberais possuem uma relação puramente instrumental consigo mesmos e com os outros; as identificações com tecnologias e práticas governamentais e a obrigação de se alinhar a elas são representadas por uma relação puramente cognitiva. Não tenho dificuldade em aceitar o ponto de vista de que a figura do cidadão autorrealizado é “a característica mais fundamental, e mais generalizável, dessas novas racionalidades de governo” (Rose, N., 1996a: 60), mas o que é subestimado, e mais amplamente ignorado nesta perspectiva, é a possibilidade de um sujeito neoliberal que é “realizado”

¹ Na versão original, encontra-se a expressão *(mis)take*. A autora joga com as palavras *take* e *mistake*, que significam tomar e tomar por engano, respectivamente (N.T.).

por algo diferente da razão governamental (assim como por esta). Em resumo, a tese da governamentalidade parece dar pouca importância para indivíduos responsabilizados que podem “decifrar, reconhecer e admitir a si mesmos como sujeitos de desejo” (Foucault, 1984: 5), e cujos afetos, portanto, constituem um lugar-chave para o exercício do poder governamental.

Esta perspectiva acompanha e se baseia no influente trabalho de Rose a respeito da genealogia de si, no qual ele expõe “as tecnologias e técnicas que sustentam pessoalidades — identidade, personalidade, autonomia e individualidade — em seus lugares” (Rose, N., 1996b: 2). Rose admite que desejos, paixões, sentimentos e emoções integram essas tecnologias, mas não oferece explicação teórica para tanto e tampouco fornece ferramentas conceituais para a compreensão das relações governamentais da vida afetiva. No mesmo sentido, e inspirada na filosofia spinoziana,² uma série de trabalhos acadêmicos³ consolidou o que Patricia Clough identificou como “inflexão afetiva” nas humanidades e ciências sociais (Hardt, 2007: IX). No entanto, foi a partir da coleção de ensaios originais editada por Clough e Halley que o afeto foi teorizado como algo que possui potencial político dentro das relações de poder — uma perspectiva que vai além da suposição de Massumi do afeto como “pré-social”⁴. Como sugere o subtítulo da coleção, trata-se de uma série de

² SPINOZA, B., “Ethics”. In: CURLEY, E. (ed). *Complete works, part 3*. Princeton, Princeton University Press, 1985. DELEUZE, G. *Expressionism in philosophy: Spinoza*. New York: Zone Books, 1990.

³ Ver, por exemplo: SEDGEWICK, Eve Kosofsky e FRANK, Adam (eds) (1995). *Shame and its sisters: a Silvan Tomkins Reader*. Durham, NC: Duke University Press. HARDT, Michael (1999). “Affective labour”. In: *Boundary 2*, 26:2. Durham, NC: Duke University Press, pp. 89-100. BERLANT, Lauren (2000). *Intimacy*. Chicago: University of Chicago Press. MASUMI, Brian (2002). *Parables of the virtual: movement, affect, sensation*. Durham, NC: Duke University Press. AHMED, Sara (2004). *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

⁴ Sobre esta discussão, ver: CLOUGH, Patricia Ticineto (2007). “Introduction”. In: CLOUGH, Patricia Ticineto e HALLEY, Jean (eds). *The affective turn: theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press, p. 2.

ensaios que percebe a inflexão afetiva como necessária, senão central, para “teorizar o social”, e que explora a vida afetiva, *inter alia*, da organização sexual do trabalho, da formação em saúde, da diáspora coreana, das tecnologias cinematográficas e da moda. É neste viés que o presente artigo utiliza o domínio da justiça criminal, da segurança e do controle do crime, em uma época de risco e incerteza, como lente através da qual investiga a vida emocional do poder governamental.

Em vários aspectos, focar a vida emocional problematiza alguns dos princípios-chave da tese da governamentalidade e nos leva a questionar alguns dos seus principais pressupostos sobre as formas de racionalidade, processos de subjetivação e condições de possibilidade para a conduta ética. Também nos leva a reconsiderar os princípios da governança neoliberal contemporânea, suas “racionalidades de governo”, tecnologias e aparatos, a maneira como estes trabalham para capturar tanto corações quanto mentes e também como podem promover uma arte de governar “emocionalizada”⁵. Essa discussão está dividida em três partes. A primeira explora formas de racionalidade e abre espaço para pensar a relação mutuamente sustentável entre cognição e afetividade, entre as capacidades instrumentais e expressivas do sujeito de poder. A discussão se desloca para a análise dos processos de subjetivação, com atenção especial à problemática da “dessubjetivação do sujeito” de Foucault. Ao utilizar como referencial a noção deleuziana de “dobra”, a terceira parte da discussão lança mão de um estudo de caso que explora os domínios

⁵ A autora utiliza os termos *emotionalised* e *emotionalities* para formar duplos com as palavras *rationalised* e *rationalities*, respectivamente. A tradução para o português, no entanto, encontra dois obstáculos. O primeiro é a inexistência de uma palavra que corresponda diretamente a *emotionalised*, cuja tradução mais próxima seria emocionada, enquanto *emotionalities* poderia ser traduzida por emoções. Em decorrência disto, o segundo obstáculo é que o duplo trabalhado pela autora ao longo do texto se perde caso sejam feitas estas opções. Como *emotionalised* e *emotionalities*, a rigor, não pertencem ao vocabulário formal da língua inglesa e são derivações que a autora faz da palavra *emotion*, optou-se aqui por manter o já referido duplo, operando também por derivações não formais em português da palavra emoção (N.T.).

afetivos da confiança e do respeito para sugerir maneiras como essas subjetividades do afeto constituem um lugar-chave para o exercício do poder governamental. O estudo de caso enfoca um período de interesse governamental intensificado, e altamente mediado, pela liberdade, pela proteção (de riscos) e pela minimização de danos e ameaças de perigos externos. Apesar de se referir a um ano particularmente agitado no Reino Unido, 2006, o estudo de caso explora uma série de modos contemporâneos de governar que de maneira alguma são excepcionais, mas mecanismos governamentais bastante típicos, implantados em nome da segurança, e que pretendem tranquilizar a opinião pública e restaurar nela a confiança e o respeito pelos sistemas de governo.

1. Formas de racionalidade

O interesse de Foucault pela racionalidade não deve ser confundido com a concepção e a análise weberiana de racionalidade enquanto processo histórico e global. Como aponta Smart, para Weber, o processo de racionalização permeou todas as esferas da vida social a tal ponto que ele o afirmou como principal característica definidora da modernidade (Smart, 2004: 138). Ao contrário, e às vezes para se defender da alegação que seu trabalho “se resume a um único e mesmo processo de racionalização meta-antropológico ou meta-histórico” (Foucault, 1991: 78), Foucault enfatiza a contextualização e a variedade histórica de diferentes formas de racionalidade, suas funções específicas e efeitos. Portanto, de todas as formas que a “racionalidade” pode assumir, a forma globalizante, trans-histórica e universal não está entre elas. Pelo contrário, “racionalidades de governo” são maneiras específicas de pensar sobre como governar em tempos e lugares específicos. Não se trata de formular e implementar um projeto grandioso extraído da análise política e filosófica, ou de impor um esquema de lógica governamental sobre

uma realidade imperfeita. “Racionalidades” são discursivas; elas propõem estratégias, sugerem reformas, identificam problemas, recomendam soluções e constituem uma série de suposições, instruções e pressupostos que são encapsulados em discursos e saberes que guiam, induzem e informam nossas maneiras de estar no mundo. Segundo Rose, “essas racionalidades... operam menos pela descrição do mundo do que pela sua concepção e realização sob uma descrição específica” (Rose, N. 1999: XXII). Lemke usa a expressão “pragmática de governo” (Lemke, 2002: 55) e prossegue afirmando que a racionalidade política não é um tipo de saber puro e neutro, sequer é exterior ao saber, mas é “ele mesmo um elemento de governo que ajuda a criar um campo discursivo no qual exercer o poder é ‘racional’” (Idem). O uso que Lemke faz das aspas para indicar a ambiguidade do “racional” é significativo aqui. Ele chama a atenção para a rejeição de Foucault diante de qualquer noção de ideal, de razão transcendental que pode ser contraposta à desrazão ou à irracionalidade. Foucault descreve tal exercício comparativo como sem sentido (Foucault, 1982: 210) e confronta formas corporais e carcerárias de penalidade para colocar a questão:

A cerimônia da tortura pública não é, em si, mais irracional que o aprisionamento em uma cela; mas é irracional no sentido de uma prática penal que envolve novas maneiras de calcular sua utilidade, justificando-a, graduando-a, etc. (Foucault, 1991: 79).

A recusa de Foucault em avaliar sistemas de penalidade por um critério de racionalidade científica é típico de uma compreensão pós-moderna que considera razão e lógica “no mesmo pé” que mito e magia (Latour, 1988: 146-150). No entanto, a tipificação de Foucault é de curta duração e ele acompanha as perspectivas pós-modernas sobre “racionalidade” ao insistir que deveríamos restringir o “uso dessa palavra a um sentido instrumental e relativo” (Foucault, 1991: 79). Embora repita aqui a importância da especificidade do contexto, ele, não obstante, substitui

instrumentalismo por “razão” como critério de “racionalidade”. Para os persuadidos pelo pós-modernismo, maneiras instrumentais ou objetivas de “racionalizar” são especialmente repreensíveis, uma vez que enfatizam utilidade, eficiência, confiabilidade, durabilidade, superioridade, às custas de valores expressivos e formas sensíveis da existência humana. Até mesmo comentadores modernos reclamam que Foucault é “excessivamente instrumental e objetivo” (Garland, 1990: 3) ou, pior, que ele adere a uma “dogmática funcionalista” (Idem: 4).

Todavia, muitas das evidências para estas acusações enfocam seu trabalho teórico sobre o biopoder e o poder disciplinar, sugerindo que, enquanto a crítica pode ser analiticamente persuasiva, ela é, no entanto, específica aos estudos genealógicos de Foucault e é de fundamental relevância para o seu foco contemporâneo na sociedade disciplinar, na biopolítica, na vigilância e no panoptismo. De maneira similar, a assertiva autoincriminadora de Foucault sobre o ethos utilitário das “racionalidades” não deve ser superestimada ou tomada como sua única ou última palavra sobre o assunto. É questionável, por exemplo, se, ao usar o termo “instrumental”, Foucault está se referindo a um ambicioso esquema de cálculo, utilidade tecnocrática, ou a algo mais modesto, como as qualidades “práticas” ou “exequíveis” das técnicas governamentais, discursos e práticas, em suas experiências imediatas — “racionalidades”, então, como uma espécie de “como” ou “habilidade” cotidiana. Essa interpretação não exclui, portanto, a consideração do que podemos chamar utilmente de “emocionalidades de governo” — que são formas discursivas e materiais que pretendem e supõem maneiras específicas de *sentir* o mundo. Podemos sugerir, então, que “racionalidades de governo” seja um conceito mais inclusivo do que vem sendo apontado até agora, e se refere a todas as formas de tecnologias e aparatos governamentais que tornam viáveis como pensar, como agir e como sentir.

Por motivos puramente nominais, vamos nos referir aos processos que

sustentam a vida emocional do poder governamental como “emocionalidades de governo”. Não se trata de uma oposição a “racionalidades de governo”, mas da ênfase em um quadro inclusivo de referências que reconhece a relação mutuamente sustentável entre o cognitivo e o instrumental, de um lado, e o afetivo e o expressivo, de outro. Em outras palavras, para que os sujeitos neoliberais *pensem* diferente sobre as escolhas e decisões que podem fazer, eles também precisam aprender a *sentir* diferente a respeito delas.

2. Processos de subjetivação

Muitos estudiosos foram rápidos em apontar como a governamentalidade reconhece a multidimensionalidade das relações de poder e sugerem que essa tese supera muito do que foi considerado como o foco unidimensional de Foucault sobre o poder disciplinar e as forças de dominação (McNay, 1994; Patton, 1998). Como coloca Lemke, a noção de governamentalidade tem “potencial inovador” na medida em que ela reconhece como o poder é, ao mesmo tempo, uma força de objetivação e subjetivação, e traz à tona a ideia de um sujeito constituído-constituente permanentemente posicionado no interstício entre o poder individualizante e a liberdade individual (Lemke, 2001: 191). McNay sugere que uma das vantagens analíticas do conceito de Foucault de poder governamental, mais do que o de poder disciplinar, é que ele introduz a ideia de um sujeito ativo que possui capacidade de resistir às “forças individualizantes e totalizantes das estruturas modernas de poder” (McNay, 1994: 123).

Dotada de capacidade de resistência, a cidadania formada por sujeitos (neo)liberais está apta, portanto, a transformar, subverter e desafiar relações governamentais de todos os tipos — da recusa em fazer uma dieta saudável à escusa em ser testemunha de um crime, passando pela

rejeição da necessidade de reciclar o lixo em nome da proteção do meio ambiente. Implicitamente, assim, resistência se configura como um problema de escolha autorrefletida ou de motivação pessoal para escolher, ignorar ou se dissociar de tecnologias e práticas específicas. Isso se encaixa facilmente no interior de um modelo produtivo, de ação autônoma, mas é difícil enquadrá-lo na ideia de Foucault de subjetivação, que denota a natureza dialética entre coação e liberdade — que “o sujeito se constitui por meio de práticas de sujeição ou, de um jeito mais autônomo, por meio de práticas de liberação, de liberdade” (Foucault, 1989: 313). McNay reclama que Foucault não oferece explicação satisfatória e que ele oscila “entre momentos de determinismo e de voluntarismo” (McNay, 2000: 9). Butler é crítica do termo “subjetivação”, enxergando-o como paradoxal uma vez que “denota tanto o devir do sujeito quanto o processo de sujeição — habita-se a figura da autonomia apenas ao se tornar sujeito a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical” (Butler, 1997: 83). Tie aponta que o sujeito construído por Foucault encontra-se em uma difícil relação consigo mesmo, uma vez que a autorreflexão é incapaz de “atingir uma resistência radical, distanciada criticamente dos termos de sua construção” (Tie, 2004:164).

A insuficiência de Foucault em fornecer uma explicação torna difícil, então, distinguir entre as práticas de si que são impostas aos indivíduos por meio das sanções governamentais e normas de regulação e aquelas que expressam relações de resistência. Igualmente, não há base para compreender a natureza da obediência — ou ela é consequência da autorreflexão ou a realização de uma (perversa) adesão à sujeição. Em uma economia mista de relações de poder em que “sujeitos coletivos ou individuais se deparam com um campo de possibilidades no qual vários comportamentos, várias reações e diversas condutas podem ser percebidas” (Foucault, 1982: 221), processos de subjetivação jamais podem ser lineares ou homogêneos. Consequentemente, argumenta Tie, os efeitos cumulativos

dessa heterogeneidade não podem ser previstos e, na ausência de uma hermenêutica de si e de ação, as “possibilidades de ação de resistência sempre emergirão acidentalmente” (Tie, 2004: 165), em vez de por um processo reflexivo e crítico de realização pessoal.

A problemática da “dessubjetivação do sujeito” em Foucault continuou percorrendo sua analítica do poder e produziu um pensamento subsidiário que, por vários caminhos, esforça-se em teorizar subjetividades governamentais. Abordagens psicanalíticas têm lugar de destaque nestes trabalhos e as contribuições de Zizek, Butler e (a aplicação de) Lacan, Klein e Freud para entender as dimensões psíquicas do sujeito constituído-constituente possuem especial relevância. Em um eloquente e perspicaz artigo, Tie discute os relativos méritos dessas perspectivas ao sugerir que a cumplicidade dos “sujeitos” em suas subjetivações não pode ser compreendida puramente como efeito de seus posicionamentos discursivos. Ao contrário, sua cumplicidade tem uma “dimensão afetiva” (Idem: 161). O que interessa aqui é como essa “dimensão afetiva” é conceituada no interior daquelas teorias psicanalíticas específicas, e como ela é mobilizada enquanto exercício de poder. Zizek, por exemplo, fala de um “suplemento inconsciente” e postula um tipo de reserva subterrânea de sentimento que existe como Outro para o poder soberano, e que “fornece a *satisfação* que serve como o suporte não-conhecido de sentido” (Zizek apud Tie, 2004: 162). No entanto, é discutível o quão longe (ou se) a tese de Zizek se endereça adequadamente à questão da ação, mas isso é menos importante aqui do que sua formulação de “suplemento inconsciente”. Não está claro, por exemplo, porque “economias de prazer” são consideradas “extradiscursivas” e, portanto, colocadas em um domínio pré-linguístico do inconsciente. Isso parece sustentar uma posição essencialista que postula a noção de um domínio de emotividade pré-social, biológico e “extraconsciente”.

Enquanto isso, para Butler, a “realização pessoal” do sujeito constituente

ocorre em um momento de trauma induzido por uma contínua inabilidade de constituição de si como uma entidade coerente e completa. Butler aponta a interminável necessidade de reiterar “quem somos nós” como uma demonstração da incoerência da individualidade, um estado de interesses que emerge de um resíduo indisciplinado de vida psíquica “que excede os efeitos aprisionadores da demanda discursiva para habitar uma identidade coerente, para se tornar um sujeito coerente” (Butler, 1997: 83). A psique, em Butler, circula por zonas de ininteligibilidade, excede os requisitos da subjetividade e é disruptiva em relação a ela. Esta é uma descrição psicanalítica de resistência bastante familiar. Por exemplo, em Rose (Rose, J., 1987), o potencial disruptivo da psique é lido pela lente lacaniana de um “destino alienante” no qual o sujeito se apresenta permanentemente instável por meio da perda constitutiva da (possibilidade de) autoidentificação. Em Jefferson (1996; 1997), a ambivalência da individualidade de Mike Tyson (como um condenado por estupro, como um *superstar* do boxe, como um bastião da hipermasculinidade, como um “delinquente juvenil”, como um “viadinho”) é entendida por meio da noção Kleiniana de redução de ansiedade, um mecanismo de defesa psíquica. Tie invoca a ideia freudiana de “estranho” como “uma tonalidade especial de ansiedade” (Masschelein apud Tie, 2004: 170) que surge do “retorno de dilemas psíquicos não resolvidos” (Idem: 170) — como a realização daquilo que parecia familiar (um senso de si, por exemplo) e se transforma em algo perturbante e, quem sabe, prazerosamente estranho. De maneira similar, Butler aplicou o conceito de Freud de melancolia para entender o trauma da impossibilidade de formação coerente do sujeito; como ela coloca, “a melancolia que está na formação do sujeito (e, portanto, que sempre ameaça desorganizar e desestabilizar essa formação) sinaliza um sofrimento incompleto e insolúvel” (Butler, 1997: 23).

Em cada uma dessas considerações, a resistência do sujeito é localizada

em uma dimensão afetiva da vida psíquica — alienação, ansiedade, estranheza e melancolia. Desta forma, não fica claro como essas variedades psíquicas (ou emocionais) reformulam ou subvertem as condições de sujeição, ou como redirecionam os efeitos discursivos e materiais do poder, tanto quanto se mantém em um estado permanente de impotência, às margens da formação do sujeito. E o que podemos fazer com uma vida psíquica animada por um repertório tão limitado de emoções? “Bons humores”, como deleite, excitação, satisfação e otimismo, não se encaixam no registro psicanalítico de afetos; e também não existem bases para supor que *qualquer* estado emocional — à exceção da apatia, talvez — não possa ser experimentado como excesso. Ao citar Beauvoir (1972: 80), McNay aponta que “a linguagem da psicanálise sugere que o drama do indivíduo se desdobra apenas dentro dele mesmo e isso se obscurece à medida que a vida e as ações individuais envolvem principalmente uma ‘relação com o mundo’” (McNay, 2000: 129). Há um mérito claro em dirigir a atenção para a libido, energia cinética da vida emocional, como uma força desestabilizadora, mas sem considerar as relações intersubjetivas nas quais o poder está sempre implicado, ela não induz/incita nem cumplicidade, nem resistência dentro dos processos de subjetivação.

Uma possibilidade significativa para sair desse impasse é a noção deleuziana de “dobra”. Deleuze inventa essa metáfora para denotar uma “zona de subjetivação” (Deleuze, 1995: 337), e acrescenta que “a subjetivação é criada por dobradura” (Idem: 323). “A dobra” não presume um eu com qualquer interioridade essencial; nem como efeito de um campo exterior de relações de poder; ela é, ao contrário, “um limiar, uma porta, um devir entre duas multiplicidades” (Deleuze e Guattari, 1983: 29). A noção de “dobra”, então, não apenas rejeita as suposições psicanalíticas de uma psique interiorizada, mas também se refere (e ultrapassa) ao paradoxo do sujeito constituinte-constituído de

Foucault⁶. Até onde Deleuze está interessado, “realização pessoal” não tem nada a ver com resíduo psíquico ou excesso inconsciente, nem se trata do efeito dos limites e exclusões de práticas individualizantes; ele argumenta:

Nunca ‘permanece’ nada do sujeito, uma vez que ele é criado a cada ocasião, como um foco de resistência, com base nas dobras que subjetivam conhecimento e torcem cada poder... A luta pela subjetividade se apresenta ela mesma, portanto, como o direito à diferença, variação e metamorfose. (Deleuze, 1995: 325)

A tese deleuziana de dobradura tem sido tomada por muitos teóricos da governamentalidade, mais notadamente Dean, cujo ensaio é, talvez, o exemplo mais claro de ecletismo deleuziano-foucaultiano sobre questões de governo⁷. Dean se compromete com o que ele chama de “ontologia crítica de nós mesmos” para explorar como formas de “autoridade governamental” e “racionalidades de governo” são duplicadas ou *dobradas* em nossas maneiras de ser, pensar e agir — “neste sentido”, escreve ele, “pode-se falar de uma dobradura de relações exteriores de autoridade para esculpir um domínio que pode agir sobre si e por si, mas que, ao mesmo tempo, é simplesmente o interior marcado por aquela dobra” (Dean, 1996: 222). Por mais valioso que seja este trabalho para pensar sobre processos de subjetivação, como a “dobradura da autoridade”, ele repousa sobre uma leitura um tanto parcial e seletiva de Deleuze, que tem como efeito obscurecer a visão da dobradura das “emocionalidades de governo”. Trata-se de uma omissão surpreendente, uma vez que a maioria dos comentadores reconhece a complementaridade entre a teoria maquínica do

⁶ Em *Afterword: the subject and power*, Foucault fala de lutas contra o ‘governo da individualização’ que liga o indivíduo a ‘sua própria identidade de maneira constringedora’ (p. 212). No entanto, ele nos deixa sem ferramentas analíticas para pensar sobre como, nesses ‘momentos de luta’, nós podemos vencer a submissão da subjetividade.

⁷ Ver, por exemplo: ROSE, Nikolas (1993). “Government, authority and expertise in advanced liberalism”. In: *Economy and Society*, vol. 22, n. 3, pp. 283-299 e ROSE, Nikolas (1995). “Authority and the genealogy of subjectivity”. In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul (orgs.). *De-traditionalization: authority and self in an age of cultural uncertainty*. Oxford: Basil Blackwell.

poder de Foucault e a teoria maquínica do desejo de Deleuze e Guattari.⁸ Em Deleuze e Guattari, o desejo é considerado como a força motora produtiva das relações sociais. Em *O Anti-Édipo*, eles afirmam:

Sustentamos que o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é o produto historicamente determinado do desejo, e que a libido não precisa de nenhuma mediação ou sublimação, de nenhuma operação psíquica, de nenhuma transformação, para invadir e investir as forças produtivas e as relações de produção. Existe apenas o desejo e o social, e nada mais (Deleuze e Guattari, 1983: 29).

Neste esquema, afetos são concebidos como forças do desejo, em fluxo contínuo como “intensidades de movimento, ritmo, gestos e energia” (Massumi, 1996). Afetos acompanham “linhas de fuga”, escapam de “planos de consistência”, tais como subjetividade centrada e rotinas habituais, movem-se em direções imprevisíveis como uma onda produtiva e desterritorializante de energia libidinal. Como resume Patton, “o sentimento de poder é um afeto associado ao processo de *tornar-se outro* diante do que se era antes” (Patton, 2002: pp. 74-75 [grifos da autora]).

É essa noção de “tornar-se outro”, como uma “dobradura” de “emocionalidades de governo”, que eu quero tratar no restante deste artigo⁹. Baseado no quadro original estabelecido por Foucault em *O uso dos prazeres*¹⁰, Deleuze delinea “quatro dobras de subjetivação” (Deleuze,

⁸ Ver, por exemplo: BOGUE, Ronald (1969). *Deleuze and Guattari*. Londres: Routledge. PATTON, Paul (2000). *Deleuze and the political*. Londres: Routledge. TAMBOUKOU, Maria (2003). “Interrogating the ‘Emotional Turn:’ making connections with Foucault and Deleuze”. In: *European journal of psychotherapy, counselling and health*, vol. 6, n. 3, pp. 209-223.

⁹ Ver também: CAMPBELL, Elaine (2010). “Narcissism as ethical practice? Foucault, askesis and an ethics of becoming” in *Cultural Sociology*, vol. 4, n. 1, pp. 23-44.

¹⁰ Ver: FOUCAULT, Michel (1984). *The use of pleasure: the history of sexuality*, vol. 2. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin, pp. 26-28. FOUCAULT, Michel (1990). *The Care of the Self: the history of sexuality*, vol. 3. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin, pp. 238-239. FOUCAULT, Michel (1984b). “On the genealogy of ethics: an overview of work in progress”. In: RABINOW, P. (org.) *The Foucault reader: an introduction to Foucault’s thought*. London: Penguin, pp. 352-357.

1995: 323); esse quadro de referência foi aplicado, com sucesso, por Dean (1996) para elaborar a “dobradura da autoridade”, e é usado aqui para estruturar e informar uma análise da “dobradura da emocionalidade”, utilizando os domínios afetivos da confiança e do respeito como um estudo de caso. A análise desenvolve quatro aspectos-chave para pensar sobre o “eu emocional” como um problema de governo; isto envolve, segundo Dean, “questões de *ascética* (as práticas de governo), de *ontologia* (a materialidade do governo), de *deontologia* (o sujeito governável) e de *teleologia* (o *telos* do governo)” (Dean, 1996: 226).

3. Protegendo nossa liberdade

Para mim, construir um fundamento de segurança, ordem pública e estabilidade é a base de confiança e certeza que indivíduos, famílias e comunidades precisam para atingir seu potencial. Só podemos dirigir mudanças duradouras e sustentáveis se capacitarmos o povo para assumir maior responsabilidade pela força e bem estar de suas próprias vidas e comunidades de maneira a estabelecer uma relação diferente entre Governo e governados (Home Office, 2004: 7-8).

Neste prefácio, o então *Home Secretary*,¹¹ David Blunkett, articula nitidamente as condições normativas para os sujeitos neoliberais atingirem seu potencial — segurança, ordem pública, estabilidade, capacitação e responsabilidade por si e pela comunidade. O que parece ser “diferente” nas relações governamentais reiteradas aqui é a ênfase dada na sua ancoragem em uma relação afetiva de confiança. Não é novidade para as sociedades democráticas liberais valorizar, quando não santificar, as afetividades como condições necessárias para a legitimação governamental, a autoridade e o

¹¹ No Reino Unido, o *Home Office* é o departamento governamental responsável pela emissão de passaportes e controle da imigração, bem como pelas políticas anti-drogas, de combate ao crime, de contra-terrorismo e pela polícia. O chefe desse departamento é chamado de *Home Secretary* e possui status de ministro. Disponível em: <http://www.homeoffice.gov.uk/> (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

consentimento, mais especialmente nos termos de instituições políticas que incorporam, sustentam e protegem o governo da lei. No entanto, neste documento e por toda parte, nos discursos, lançamentos, conferências de imprensa, entrevistas midiáticas, relatórios consultivos e declarações políticas, é a ausência de confiança e certeza, e a presença do medo, da insegurança e da incerteza que, rotineiramente, aparecem em primeiro plano como um *problema* de governo.

Um telos de liberdade negativa

Em um discurso para o DEMOS¹² em 2006, o então *Home Secretary* (John Reid) proclamou que “nós agora vivemos em um mundo onde a insegurança é um fenômeno que atravessa o econômico e o social, o doméstico e o exterior, o psicológico e o físico, o individual e o coletivo” (Reid, 2006). Esse tipo de assertiva reforça a noção um tanto quanto saturada de “insegurança ontológica” de Giddens (1991) como descrição geral da nossa experiência comum em uma modernidade tardia. Ao mesmo tempo em que muito dessa visão sombria se sustenta, a retórica de um mundo em fuga e das narrativas de desencaxe, suspeita, precariedade, risco, ameaça e medo que a acompanham servem como uma “disposição de organização”, um “registro afetivo” ou uma “emocionalidade de governo” em função de re-imaginar o tipo de governo que pode ser moldado em nome da liberdade. Quando os limites do estado de natureza e do estado da sociedade civil são desfocados, uma cidadania auto-interessada não só é receptiva a enfáticas (e muitas vezes repetidas) manchetes, como “nossos cidadãos não devem viver no medo” (Blair, 2007), como também está aberta para técnicas e modalidades governamentais que prometem realizar o *telos* utópico de ordem, segurança e estabilidade. Tal eventualidade é

¹² O DEMOS é um centro de pesquisa e consultoria (*think tank*) sobre poder e política do Reino Unido. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/>. (acesso em 20/04/2011) (N.T.).

possível graças a uma fórmula negativa de liberdade fundamentada na ontologia da (auto) proteção. Segundo Blair:

Este não é um debate entre aqueles que valorizam a liberdade e aqueles que não a valorizam. É uma argumentação sobre os tipos de liberdade que precisam ser protegidas... E é uma tentativa de proteger a liberdade mais fundamental de todas — liberdade de não ser prejudicado pelos outros. (Idem)

Isso requer uma série de questionamentos, e não é menor o problema de quem são “os outros” dos quais devemos ser protegidos e de quais são os tipos de prejuízos que “esses outros” podem infligir e que inibem e ameaçam nossa liberdade de governar a nós mesmos e de sermos governados como indivíduos confiantes e seguros. Quero sugerir que uma relação de oposição entre o eu e os “outros perigosos” é corrente e, em primeiro lugar, mobilizada por meio da imposição de alguns estados afetivos de estar no mundo; estes, por sua vez, incentivam a receptividade de realidades e formas governamentais alternativas de (auto) governo — uma ontologia que Bennett teoriza como “uma disposição com potencial ético” (Bennett, 2001: 131).

Mais ou menos governo?

No final da primavera de 2006, a melhor descrição para a situação do Reino Unido era a de uma montanha russa emocional de angústia existencial¹³. Escândalos, crises, fiascos, incompetências, sentenças polêmicas, assassinatos, raptos, estupros, demissões ministeriais, fugas das prisões,

¹³ Eu não estou sugerindo que a experiência do Reino Unido é ou foi a única. De fato, as respostas do governo do Reino Unido aos riscos e ameaças colocados pelo terrorismo, pelo crime e pela desordem, assim como a (presumida) receptividade pública a elas, são bem típicas de governos democráticos liberais em nome da segurança. Ver, por exemplo, a série de ensaios publicada pelo US Social Science Research Council: BENHABIB, Seyla (2002). “Unholy politics”. In: *After September II: terrorism and democratic virtue*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/benhabib.htm. (consultado em 12/4/2010). BIGO, Didier (2002). “To Reassure and Protect in After September 11”. In: *After September II: terrorism and democratic virtues*.

empregos clandestinos e um telefonema no qual o antigo *Chief Inspector of Prisons*¹⁴, Lord Ramsbotham, mandava o Primeiro Ministro calar a boca (Morris, 2006), criaram as condições para um amplo e altamente mediado debate público sobre a competência e a ambição do governo, bem como sobre sua habilidade de atingir “seu principal objetivo de proteger o público” (Home Office, 2006: 2).

No Reino Unido, ao longo de poucos meses de 2006, foram raras as bases eleitorais do governo que não constituíam, de alguma forma, um “outro perigoso”. Em meio a elas, os suspeitos usuais de terrorismo, os criminosos e os “delinquentes permanentes” (Dean, 2002: 48) não apenas avultaram como formaram o cenário do terror vigente, da suspeita, do medo e da intimidação sobre os quais uma gama de diferentes emoções veio a ser refratada. As paixões movidas pelo “mais perigoso” não são novidade e constituem o núcleo das afetividades primordiais que sustenta a necessidade de qualquer tipo de governo. A novidade em 2006 foi como uma série de “acontecimentos infelizes” e desencadeou variadas disposições emocionais que colocaram em questão o que significa governar e ser governado; e com o passar do ano, danos emocionais diversos não só expuseram o eu como vulnerável, desprotegido e ontologicamente precário, mas também investiram, inspiraram e produziram uma formação afetiva de incerteza. Em abril de 2006, o “escândalo dos

SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/bigo.htm. (consultado em 21/4/2010). JAYASURIYA, Kansishka (2002). “9/11 and the new ‘anti-politics’ of ‘security’”. In: *After September 11: terrorism and democratic virtues*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/jayasuriya.htm (consultado em 1/5/2009). MEYERS, Peter A. (2002). “Defend politics against Tterrorism”. In: *After September 11: terrorism and democratic virtues*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/meyers.htm (consultado em 12/4/2010). Ver também: SPARKS, Chris (2003). “Liberalism, terrorism and the politics of fear”. In: *Politics*, vol. 23, n. 3, pp. 200-206.

¹⁴ *Her Majesty’s Inspectorate of Prisons* (HMI) é um órgão de inspeção do tratamento dos presos e dos locais de aprisionamento no Reino Unido. Também responsável pela inspeção dos centros de detenção de imigrantes. O comando deste órgão é do *Chief Inspector of Prisons*, nomeado pelo Ministro da Justiça. Disponível em: <http://www.justice.gov.uk/inspectors/hmi-prisons/aboutus.htm>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

presos estrangeiros” chamou a atenção para o *Home Secretary*; a questão que persistiu mesmo depois da demissão de Charles Clark no mês seguinte, e também durante o início da administração de John Reid, foi se o *Home Office* e o *Home Secretary* eram “adequados para a situação”. O escândalo se baseou na descoberta de que aproximadamente 1.023 presos estrangeiros foram libertados da prisão, entre 1999 e março de 2006, e não foram, em seguida, deportados. Acrescentou-se ainda que existia um número desconhecido de perigosos delinquentes (assassinos e estupradores) entre os que foram soltos, embora nunca tenha sido determinado um número real e as informações variassem entre 5 e 179 (BBC News, 22/5/2006). Talvez o relato mais honesto tenha sido o de David Roberts, chefe do *Immigration and Nationality Directorate*¹⁵, que admitiu que não fazia a “menor ideia” de quantos imigrantes ilegais havia no Reino Unido. Na mesma semana, as atenções se voltaram para a divulgação de que mais de 20 assassinos condenados fugiram da *Leyhill Open Prison* nos últimos cinco anos; mas esse número foi rapidamente revisado de acordo com uma investigação da BBC que informou que mais de 300 presos fugiram de lá nos três anos anteriores (Kelly, 2006). Neste meio tempo, o chefe do *Prison Service*¹⁶, Phil Wheatley, compilou suas próprias estatísticas e admitiu, dois dias depois, que cerca de 700 prisioneiros escaparam do regime aberto somente no ano anterior (BBC News, 22/5/2006). Também não se pode esquecer, nisso tudo, que, rapidamente, tornou-se um esporte para os espectadores, a atenção tardia que

¹⁵ O *Immigration and Nationality Directorate* (hoje, *UK Border Agency*) é o órgão do *Home Office* responsável pela política de imigração e permanência no Reino Unido, bem como pelo controle das fronteiras e pela concessão de cidadania e asilo político. Disponível em: <http://www.ukba.homeoffice.gov.uk/>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

¹⁶ *Her Majesty's Prison Service* é o serviço nacional de custódia de presos do Reino Unido (que, desde 2004, foi combinado com o *National Probation Service* e forma o *National Offender Management — NOMS*. Esta é uma agência executiva do Ministério da Justiça que é responsável, ainda, pelo sistema de justiça para jovens — *Youth Justice*). Disponível em: <http://www.hmprisonservice.gov.uk/abouttheservice/noms/>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

recaiu sobre o *Criminal Records Bureau*¹⁷, quando passou a ser público que 2.700 “pessoas inocentes” foram rastreadas por engano como se tivessem antecedentes criminais, motivo pelo qual algumas foram demitidas de seus empregos (Idem). Não foi estranho, então, que assim que esse catálogo de erros começou a se abrir, o Primeiro Ministro “tropeçou em suas respostas, e seu humor parecia algo como deprimido ou cansado. O autoritário, controlador e arrogante Blair desapareceu de todos os lugares” (Assinder, 2006). A discussão online “Charles Clark deveria se demitir?” (BBC News, Fórum-a) recebeu 3.822 comentários, dentre eles, “chocante”, “escandaloso”, “repugnante”, “apavorante”, “irritante” e “atônito” foram os que mais se destacaram como danos emocionais causados pela saga do *Home Office* e dos erros ministeriais.

Como se o “escândalo dos presos estrangeiros” e seus desdobramentos ainda não fossem suficientes para abalar a confiança na capacidade do Estado de proteger o público, mais revelações continuaram a expor a fragilidade do governo em tempos de incerteza. Uma série de homicídios altamente qualificados que culminaram em processos e julgamentos, na primavera de 2006, suscitou sérias preocupações na comunidade sobre a efetividade da gestão de presos. Por exemplo, em novembro de 2005, Mary-Ann Leneghan foi sequestrada, estuprada, torturada e assassinada por seis jovens, dentre os quais quatro estavam sob supervisão do *Probation Service*¹⁸ à época do ocorrido. Para responder a uma onda de críticas

¹⁷ Agência executiva do *Home Office* que monitora os antecedentes criminais dos cidadãos do Reino Unido. Disponível em: http://www.direct.gov.uk/en/D11/Directories/DG_068034 (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

¹⁸ Optou-se aqui por não traduzir a palavra *probation*, uma vez que se trata de instituto jurídico que não existe, *stricto sensu*, no Brasil, e muitas vezes é confundido com o sursis processual (usualmente aplicado para submeter o acusado à prestação de serviços à comunidade, ao comparecimento mensal em juízo, etc). Nos países anglo-saxões, cujo direito é fundado nos costumes (*common law*), há situações em que o processo judicial fica suspenso, não há prolação de sentença e o acusado é colocado em liberdade sob supervisão de um oficial designado para tanto. O *Probation Service* é, assim, a central que coordena tantos os submetidos ao *probation* quanto os oficiais que os supervisionam (N.T.).

da opinião pública e à cobertura negativa da imprensa, previsivelmente, o novo *Home Secretary*, John Reid, foi rápido em prometer uma revisão e reestruturação do *Probation Service*, admitindo que houve “falhas... para ser franco, o sistema de *probation* não está funcionando tão bem quanto deveria” (BBC News, 7/11/2006). No final do ano, o *Home Office* publicou dados que confirmavam que mais de 500 crimes graves, violentos e sexuais (incluindo estupro) e 98 assassinatos foram cometidos por criminosos sob supervisão de *probation* nos dois anos anteriores (*The Scotsman*, 6/12/2006). Ainda que os políticos ratificassem que se tratava de falhas organizacionais e operacionais capazes de serem superadas por reformas, um público inerte cresceu sempre ansioso, mas de uma maneira muito mais difusa. Desesperado, um colaborador da discussão online “Nós precisamos de uma reforma no *Probation Service*?” suplicou “pelo amor de Deus, protejam-nos!” (BBC News, Fórum-b). Na mesma discussão, Ian, de Whitwick, perguntou:

Quantos inocentes mais terão que ser assassinados até que o povo seja protegido. Estou realmente com muita raiva porque os Tribunais, a Polícia e o *Probation* falharam na sua principal meta: PROTEGER O POVO DE PESSOAS PERIGOSAS! (desculpem pelo grito) (Idem).

A partir desta perspectiva, compartilhada por muitos outros debatedores, as falhas do serviço público foram tomadas como sintomas de um mal-estar maior no governo institucional que rapidamente perdia seu apelo de proteção. Em um artigo, no qual foi cautelosa com os remédios punitivos e cética em relação ao “bom senso” da reforma organizacional, Mary Riddell argumentou, sobre o caso de Mary-Ann Leneghan, que:

O *Probation Service* é o alvo errado aqui. Se Michael Johnson e os cinco co-torturadores fossem todos realmente “psicopatas” não seria tão assustador. Johnson parece mesmo de um caráter particularmente brutal. Mas alguns de sua gangue parecem friamente

normais — jovens que se complicaram por causa de drogas e crimes relativamente pequenos antes de criarem entre si alguma ligação para formar um esquadrão da morte (Riddell, 2006).

Aqui, Riddell alude ao colapso do binômio que separa “nós” e “eles”, o “normal” e o “patológico”, os “assustadores” e os “assustados”. Tal colapso incita uma sensibilidade gótica que provoca deslocamentos emocionais sobre o nosso estar no mundo e amplia preocupações profundas e ansiedades associadas a um momento histórico e sócio-político específico. Em suma, as coisas nunca são o que parecem.¹⁹ Um tipo diferente de lógica de expressão foi articulada na discussão online. Nick, de Warwickshire, Reino Unido, escreveu:

A coisa mais assustadora sobre aquela gangue que matou uma adolescente é que eles não estavam nem aí; não se importavam em sequestrar garotas, em torturá-las e estuprá-las, em matá-las, em serem pegos ou em irem para a prisão. Como nós vamos lidar com indivíduos assim é que ninguém sabe. Nós temos uma geração inteira crescendo que não pensa duas vezes em usar a violência extrema como recurso diário (BBC News, op. cit., 20/3/2006).

Para Nick, o maior medo é a aparente perda de uma ética do cuidado e a falta de reciprocidade; de maneira geral, é o advento do estado de natureza hobbesiano, e de um futuro que está nas mãos de uma geração que já normalizou a violência e dobrou o sino da morte para a sociabilidade.

Mesmo sem uma metanarrativa sobre a insegurança que prevaleça, esses diversos eventos conspiram para minar a confiança e a segurança na capacidade das autoridades governamentais, nas técnicas e formas de periciar a fronteira entre ordem e caos que deixam cada um de nós expostos, vulneráveis e buscando sua própria proteção. Mead sugere que, enquanto as condições para a estabilidade e a certeza não forem conhecidas,

¹⁹ Ver, por exemplo: BOTTING, Fred (1996). *Gothic*. London: Routledge.

as pessoas gravitarão para formas mais autoritárias de governo — ele nota que “as pessoas não estão interessadas em ‘liberdade’ se elas estão... de qualquer maneira fundamental, inseguras. Elas irão querer mais governo e não menos” (Mead, 1936). Essa visão pode contribuir para a emergência de um “liberalismo autoritário”²⁰ e a “alavancagem de uma das principais e indiscutíveis funções do governo — a manutenção da ordem e da segurança — pela criação de mais e mais policiamento eficiente e pela promoção de mais punições” (Feely, 2003: 124). De alguma forma, isso também contribui para o advento de “novas punições” dirigidas por um virulento “populismo punitivo” e seu constante clamor por formas de justiça retributivas, incapacitantes e dissuasivas.²¹ A tese punitiva/autoritária tem um certo apelo *prima facie*, mas no mesmo sentido que a noção de “suplemento inconsciente” de Zizek, ela repousa sobre alguns pressupostos duvidosos e contraditórios a respeito da força e da direção da relação entre “estruturas de sentimentos” e formas autoritárias de governo²². Mais ainda, e de novo seguindo Zizek, tende-se a considerar “sentimentos coletivos” como a expressão de um público monolítico em um humor punitivo universal. Colocado de outra forma, “paixões punitivas” não exaurem a variedade de sensibilidades que uma afetividade de insegurança e incerteza pode envolver — por exemplo, sentimentos de decepção, frustração, perplexidade, tristeza, desespero, raiva, choque, insulto e confusão, todos eles aparecem

²⁰ Ver, por exemplo: VALVERDE, Marianne (1996). “‘Despotism’ and ethical governance”. In: *Economy and Society*, vol. 25, n. 3, pp. 357-372. HINDESS, Barry (2001). “The liberal government of unfreedom”. In: *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance*, vol. 26, n. 1, pp. 93-111. DEAN, Mitchell (2002), op. cit.. DEAN, Mitchell (2002b). “Powers of life and death beyond governmentality”. In: *Cultural Values*, vol. 6, n. 1 and 2, pp. 119-138.

²¹ Ver, por exemplo: GARLAND, David (2001). *The culture of control*. Oxford: Oxford University Press. PRATT, John; BROWN, David; BROWN, Mark; HALLSWORTH, Simon; MORRISON, Wayne (orgs.) (2005). *The new punitiveness: trends, theories, perspectives*. Cullompton: Willan. PRATT, John (2007). *Penal Populism*. London: Routledge.

²² Ver, por exemplo: MATTHEWS, Roger (2005). “The Myth of Punitiveness”. In: *Theoretical Criminology*, vol. 9, n. 2, pp. 175-201.

no discurso da opinião pública detalhado acima. Precisariamos perguntar como uma ontologia da segurança e da confiança no trabalho do governo — especialmente em suas formas de soberania e disciplina — é levada para fora da estética dessas disposições negativas; como um estado de confiança é posto a serviço de uma técnica, de um governo e de uma política e quais tipos de comprometimentos éticos são inspirados por ele; quais são as técnicas de autogoverno que dobram subjetividades inseguras e as reproduzem como confiantes, como cidadãos seguros?

Autoritários e outros eus

Sempre que se presta atenção às orientações autoritárias das sociedades democráticas liberais, há uma tendência da criminologia a focar exclusivamente as instituições legais e as medidas que dependem do exercício dos poderes soberano e disciplinar — tais como as sentenças mais severas e de dissuasão; o policiamento de alta visibilidade e direcionado; o maior uso de tecnologias de vigilância; a intensificação dos poderes judiciários. Esse foco limitado resulta em um esvaziamento da nossa compreensão do que significa governar o “eu autoritário” em um contexto de insegurança e desordem. Contudo, existem importantes demonstrações de formas, meios, funções e conteúdos de “técnicas autoritárias de si” a serem encontradas em uma ampla literatura sociológica. Penso aqui no ensaio de Hindess sobre a noção de “auto-aperfeiçoamento” e a centralidade do que ele descreve como “governo liberal da falta de liberdade” (Hindess, 2001); e o trabalho inovador de Valverde sobre a noção de “hábito” e seu papel como técnica-chave para diferentes formas de autodespotismo (Valverde, 1996). Em cada uma dessas considerações, práticas de autogoverno estão sempre, e desde sempre, incrustadas em “obrigações comuns da cidadania” (Mead apud Dean, 2002: 39), a tal ponto que, trabalhar em um programa de auto-

aperfeiçoamento, ou resolver livrar-se de “maus hábitos”, expressam uma relação social e política e um compromisso ético com os outros.

Dean fala da formação de sujeitos-cidadãos relacionada à “‘forma de subjetivação’ ou à ‘forma de obrigação’... a posição que tomamos ou que nos é dada em relação a regras e normas... por que governamos a nós mesmos e aos outros de uma determinada forma” (Dean, 1996). Apesar de concordar com a análise de Dean, questões deontológicas não envolvem apenas maneiras normativas de *pensar, ser e agir*; essa visão negligencia o potencial transformativo das formas afetivas, e o quanto determinadas maneiras de *sentir* estão implicadas em práticas de si, na produção da própria alteridade, do tornar-se outro, de *sentir* diferente a fim de *ser* diferente.

Em setembro de 2005, o governo do Reino Unido criou a Força Tarefa do Respeito, nomeando tanto uma Coordenadora do Governo (Louise Casey) quanto uma Ministra para o Respeito (Hazel Blears), para acompanhar o seu progresso. Ao comprometer 80 milhões de libras com um novo fundo para o programa, em janeiro de 2006, o Primeiro Ministro publicou o Plano de Ação do Respeito, e no final de outubro de 2006, a agenda do Respeito havia estabelecido seu próprio Esquadrão do Respeito, com seu próprio site e central telefônica de ação. Com sua elegante logomarca e seus cativantes bordões, a implantação do programa do Respeito estava em andamento antes, durante e depois da primavera de escândalos que deixou os cidadãos do Reino Unido cambaleando em desespero por sua própria proteção. Acompanhado por uma boa dose de pompa, o programa prometeu fazer cumprir um modo efetivo de obrigação que potencializasse a ética, a reciprocidade e a sociabilidade. No discurso de lançamento do Plano de Ação do Respeito, Blair anunciou:

Respeito é um modo de descrever a própria possibilidade de vida em comunidade. Trata-se da consideração a que os outros são

obrigados. Trata-se do meu dever de respeitar os direitos que você tem e que lhe são caros. E vice-versa. Trata-se do nosso pertencimento recíproco a uma sociedade, do pacto que temos uns com os outros (Blair, 2006).

Ganhar respeito, sentir respeito, ser respeitável, agir responsabilmente é, portanto, expressão de uma filiação ética afirmativa e, para Blair, é uma disposição afetiva sustentada pela maioria da população. Por exemplo, neste discurso de lançamento, ele comenta “é claro, a *enorme maioria* das pessoas entende isso intuitivamente e não tem problema em viver lado a lado com seus vizinhos” (Idem, grifos da autora); e na introdução do Plano de Ação do Respeito, ele aponta que “a maioria de nós aprende o respeito com nossos pais e nossas famílias” (Respect Task Force, 2006 [grifo da autora]). É essa referência à maioria — aqueles que são capazes de se autogovernar como cidadãos respeitáveis — justaposta à “minoría” — aqueles que possuem capacidade limitada ou nenhuma capacidade para viver uma vida ética baseada no respeito pelos outros — que interessa especificamente aqui. Como nos lembra Dean, nas sociedades liberais democráticas, aqueles que não fazem, não podem e não irão fazer de si mesmos sujeitos de governo são selecionados por técnicas autoritárias de governo (Dean, 2002). Neste sentido, o Plano de Ação do Respeito é claro como um cristal: “todo mundo pode mudar — se as pessoas que precisam de ajuda não o fizerem, nós o faremos” (Respect Task Force, 2006).

O que se propõe aqui é uma cartografia de sujeitos in/governáveis. Com a certeza de que aqueles que não têm respeito serão sujeitados e submetidos a tecnologias autoritárias de governo, o “resto de nós” pode ficar (mais) confiante em viver em uma sociedade estável, ordenada e determinada. Para realizar esse telos, ao invés de depender de medidas autoritárias de profundidade, como são convencionalmente concebidas em articulações de “mais governo”, formas de governo soberanas e

disciplinares são colocadas para trabalhar dentro, pela e em nome da comunidade. Em outras palavras, em um processo de responsabilização (Rose, N., 1993; Garland, 2001), a sociedade civil passa a ser o local-chave para a implantação de uma série de tecnologias afetivas com a finalidade de constituir subjetividades, tanto de confiança quanto de respeito, que deslocam (mas não substituem) a necessidade de práticas evidentes de “controle do crime” em favor de uma série de redes de obrigações e alianças de reciprocidade.

Artes do eu emocional

O programa do Respeito supõe a existência de uma “maioria respeitável” que, a despeito de sua própria capacidade de autogoverno, precisa trabalhar sobre si mesma e sobre os outros para atingir um estado afetivo de confiança e segurança. Esta ascese é mais claramente enunciada no estratégico documento *Confident Communities in a Secure Britain: The Home Office Strategic Plan 2004-2008* (Home Office, 2004), que é mais elaborado no *Plano de Ação Juntos Nós Podemos* (Civil Renewal Unit, 2005) e repetidamente articulado como “nosso [do governo] compromisso junto aos cidadãos que obedecem à lei”. Dentre outras coisas, a “maioria respeitável” é encorajada a fazer uso de uma ordem de “novas” oportunidades e planos de ação para se envolver nos problemas da comunidade, como por exemplo, manter-se informada e participar dos processos assumidos pelas agências locais de abordagem da cultura do desrespeito; tomar posição contra comportamentos antissociais ao denunciar incivildades; atualizar regularmente as “autoridades competentes” sobre o impacto do comportamento antissocial nas vizinhanças; e ajudar a formular políticas locais prioritárias por meio de sugestões para ações específicas das equipes locais de policiamento. Através destas modalidades governamentais, a “maioria respeitável” é, portanto, transformada em uma variada e fluida

rede de autoridades responsáveis, e por meio desse processo é capacitada para se auto-atualizar (tornar-se outra) enquanto cidadãos confiantes. Mas e quanto à “minoría”, aqueles que não têm respeito e para os quais uma abordagem mais autoritária pode ser necessária?

Como afirma Dean (2002), o liberalismo autoritário distingue os sujeitos de acordo com suas relativas capacidades de autonomia. Assim, tal como a diferenciação da “maioría”, dentro da “minoría” estão aqueles “que podem ser proveitosamente assistidos no exercício de sua própria liberdade e aqueles que devem ser coagidos” (Idem: 47). Em relação aos primeiros, a agenda do Respeito sustenta que “a educação familiar é uma das mais importantes responsabilidades na criação de uma sociedade forte, baseada no respeito mútuo” (Respect Task Force, 2006: 17). Tecnologias de educação familiar, portanto, constituem a chave para inculcar disposições apropriadas e comportamentos estéticos. Poder ser que os indivíduos dentro da “minoría” sejam capazes de autogoverno em alguns aspectos de suas vidas — por exemplo, como consumidores, como empregados, como moradores — mas se, como pais, eles “são relutantes ou incapazes de assumir suas responsabilidades, nós (“a maioría”) devemos garantir que eles sejam desafiados e apoiados a fazê-lo” (Idem). O apoio vem por meio de vários “novos” serviços, intervenções e subsídios financeiros, sociais e culturais, para ajudar tanto os pais quanto seus filhos. O desafio, de outro lado, significa apoio obrigatório, imposto por uma panóplia de novas e ampliadas competências (não judiciais²³), das quais a OCAS (Ordem do Comportamento Antissocial)²⁴ é uma das mais notórias. Ao nível da ascense, então, a operacionalização dos modos de governar liberais/não-liberais faz um mapeamento sobre uma população dicotomizada, onde os lugares dos membros da “maioría/minoría” são determinados pela presença/ausência — no caso desta

²³ Na versão original, a autora utiliza a expressão *out of court* que significa a resolução de conflitos fora dos tribunais, de maneira conciliatória ou amigável (N.T.).

²⁴ Em inglês, ASBO – Anti-Social Behaviour Order (N.T.).

última, de educabilidade — como uma estética do respeito. À luz disso, quero sugerir que modalidades e técnicas de formas liberais/não-liberais de governar são mobilizadas por meio de familiares “taxonomias do afeto” ou o que eu tenho nomeado de “emocionalidades de governo”. Neste artigo, examinei confiança e respeito como “emocionalidades de governo”, como sensibilidades preferidas e selecionadas que são nutridas, engendradas e dobradas por meio de tecnologias e práticas governamentais específicas. Claro, confiança e respeito não exaurem as emocionalidades que circulam pelos discursos governamentais; podemos pensar, por exemplo, como tolerância, compaixão, otimismo e (até) felicidade (Marrin, 2006) assumem importância e relevância especiais dentro do liberalismo — elas não são meramente disposições pessoais, mas a expressão de uma relação política e ética específica. Apropriadamente, então, podemos falar de “emocionalidades de governo” como artes de governo por meio das quais nós buscamos governar e sermos governados de maneira consciente, estética e afetiva.

4. Conclusão

Análises inspiradas pela noção de governamentalidade de Foucault não têm em vista a aplicação da teoria ao mundo empírico para poder explicá-lo. Mais exatamente, o projeto de Foucault sugere certo número de ferramentas conceituais para a compreensão de *como* diferentes formas de governo são pensadas e realizadas, e *como* as subjetividades são formadas e transformadas quando indivíduos autônomos se identificam com uma complexa ordem de tecnologias, estratégias e autoridades especializadas. No entanto, e a despeito de uma rica e diversa “produção acadêmica da governamentalidade”, pouca atenção tem sido dada a como o desejo, o afeto e a vida sensível estão implicados em processos de subjetivação; como a paixão pode (ou não) estimular uma identificação

com programas governamentais; e como as “emocionalidades de governo” propõem e sugerem maneiras de sentir o mundo — como devemos nos sentir sobre nós mesmos e sobre os outros, como nós participamos, cultivamos e executamos uma vida estética, e como nós buscamos governar e ser governados conscientemente e de maneira expressiva. O estudo de caso apresentado aqui demonstra como questões de governo, poder e política, moralidade e ética, nunca podem ser somente um problema de cognição e razão. Pressupor que indivíduos autodirigidos se identificam com determinadas tecnologias e práticas de si sobre bases puramente instrumentais é negar as intensidades emocionais e afetivas que circulam, permeiam e informam formas cognitivas e discursivas de ser, agir e dizer. São estas intensidades que confrontam e abalam nossa segurança ontológica e que, não somente perturbam nosso senso de ordem social e estabilidade, como também provocam um questionamento sobre o trabalho do governo e sua capacidade de dirigir nossa conduta e a dos outros. Mais ainda, esses “distúrbios” emocionais não são redutíveis a um exclusivo estado psíquico — melancolia, como a psicanálise a tomaria — mas são altamente diferenciados, complexos e fluidos a ponto de abrirem múltiplas “linhas de fuga” e iniciarem uma pletera de possibilidades alternativas para a (re)formulação de in/governáveis subjetividades.

No entanto, tais momentos de intensidade podem incitar novas identidades e provocar novas ligações éticas que são inimigas de certos regimes de governo assim como representam perigo para o regime e problematizam suas formas e racionalidades de governo. No estudo de caso, a perda da confiança no trabalho do governo, juntamente com sentimentos expressos de desconfiança, desapontamento, choque, insulto, confusão e medo, criou condições afetivas para questionar o exercício do poder governamental em uma sociedade liberal e democrática, e estimulou a necessidade de realinhar cidadãos duvidosos como sujeitos confiantes e seguros — um processo

que eu descrevi como “dobradura de emocionalidades”. Há muito para ser aprendido das considerações que localizam a ação afetiva no coração de uma analítica do governo. Primeiro, elas nos alertam para a forma como as obrigações no liberalismo envolvem não apenas os códigos legais e morais, mas também sensibilidades normativas, maneiras particulares de sentir que são propriamente consideradas para sustentar a vida ética e política em uma sociedade liberal — por exemplo, tolerância, segurança, compaixão, confiança, otimismo. Em segundo lugar, ela sugere que a participação e a adesão plena dos membros da sociedade civil dependem de uma identidade afetiva tanto quanto qualquer outro tipo de individualidade, como um “ator racional”, por exemplo. Em terceiro lugar, e de acordo com este último ponto, uma descrição que enfoca a vida afetiva enfatiza como credenciais ético-políticas são demonstradas e estabelecidas não apenas pela capacidade de ser um indivíduo auto-empresendedor ou auto-suficiente, mas também se assenta em capacidades de expressão e de exibição de certas qualidades estéticas. Finalmente, enquanto a coexistência e a intersecção de soberania, disciplina e poder governamental tem sido amplamente reconhecida, pouca atenção tem sido dada para a maneira pela qual taxionomias de afeto subscrevem o posicionamento estratégico de modos de governar liberais/não liberais através de uma clientela diferenciada por ontologias de sentimentos. Governar através de subjetividades de afeto é, portanto, uma estratégia fundamental de governo e é indispensável para a noção de governar por meio da liberdade.

Tradução do inglês por Aline Passos.

Bibliografia

ASSINDER, Nick (2006). “Clarke Starting to Look isolate” (26/4/2006). Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4946460.stm (consultado em 14/12/2006).

BEAUVOIR, Simone de (1972). *The Second Sex*. Harmondsworth: Penguin.

BENNETT, Jane (2001). *The enchantment of modern life: attachments, crossings and*

ethics. Princeton: Princeton University Press.

BLAIR, Tony (2006). *Respect Action Plan Launch Speech* (10/1/2006). Disponível em: <http://www.pm.gov.uk/output/Page8898.asp>. (consultado em 17/5/2007).

___ (2007). “Our citizens should not live in fear”. In: *The Observer*, 11/12/2005. Disponível em: <http://observer.guardian.co.uk/comment/story/0,6903,1664591,00.html> (consultado em 17/5/2007).

BURCHELL, Graham (1996). “Liberal government and techniques of the self”. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

BUTLER, Judith (1997). *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press.

DEAN, Mitchell (1996). “Foucault, government and the enfolding of authority”. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas Rose (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

___ (2002). “Liberal Government and Authoritarianism”. In: *Economy and Society*, vol. 31, n. 1.

DELEUZE, Gilles (1995). “Foldings, or the inside of thought (subjectivation)”. In: KELLY, Michael (org.). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. Cambridge: MIT.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Translated by Robert Hurley, Mark Seem and Helen R. Lane. Minnesota, University of Minnesota Press: 1983.

FELLY, Malcolm (2003). “Crime, social order and the rise of neo-conservative politics”. In: *Theoretical Criminology*, vol. 7, n. 1.

FOUCAULT, Michel (1982). “Afterword: the subject and power”. In: DREYFUS, Herbert L. & RABINOW, Paul (orgs.). *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*. London: Harvester Wheatsheaf.

___ (1984). *The use of pleasure: the history of sexuality, vol. 2*. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin.

___ (1989). “An Aesthetics of existence”. In: LOTRIBGER, Sylvère. *Foucault live*. Tradução de John Johnston. Nova York: Semiotext(e).

___ (1991). “Questions of method”. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (orgs.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

GARLAND, David (1990). “Frameworks of inquiry in the sociology of punishment”. In: *British Journal of Sociology*, vol. 41, n. 1.

___ (2001). *The culture of control*. Oxford: Oxford University Press.

GIDDENS, Anthony (1991). *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity.

HARDT, Michael (2007). “Foreword: what affects are good for”. In: CLOUGH, Patricia Ticineto & HALLEY, Jean (eds.). *The affective turn: theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.

HINDESS, Barry (2001). “The liberal government of unfreedom”. In: *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance*, vol. 26, n. 1, pp. 93-111.

JEFFERSON, Tony (1996). “From ‘little fairy boy’ to the ‘complete destroyer’: subjectivity and transformation in the biography of Mike Tyson”. In: MAC AN

GHAILL, Mairtin (org.). *Understanding Masculinities*. Buckingham: Open University Press.

___ (1997). “The Tyson rape trial: the law, feminism and emotional ‘truth’”. In: *Social and Legal Studies*, vol. 6, n. 2, pp. 281-301.

KELLY, Chris. “Inmates walk out weekly from jail”. In: *BBC News* (19/5/2006). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/england/bristol/4998306.stm>. (consultado em 14/12/2006).

LATOURETTE, Bruno (1988). *The pasteurization of France*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

LEMKE, Thomas (2001). “ ‘The Birth of Bio-Politics’: Michel Foucault’s lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality”. In: *Economy and Society*, vol. 30, n. 2.

___ (2002). “Foucault, governmentality and critique”. In: *Rethinking Marxism*, vol. 14, n. 3, Nova York: Guilford Publications.

MARRIN, Minette (2006). “The dangerous business of happiness”. In: *The Sunday Times* (18/06/2006).

MASSUMI, Brian (1996). “The Autonomy of Affect”. In: PATTON, Paul (org.). *Deleuze: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell.

MCNAY, Lois (1994). *Foucault: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity Press.

___ (2000). *Gender and agency: reconfiguring the subject in feminist and social theory*. Oxford: Polity Press.

MEAD, Lawrence (1986). *Beyond Entitlement: The Social Obligations of Citizenship*. New York: Press.

MORRIS, Nigel (2006). “Blair told to ‘Shut Up’ about prison sentencing”. In: *The Independent*, 16/6/2006.

PATTON, Paul (1998). “Foucault’s Subject of Power”. In: MOSS, Jeremy (org.). *The Later Foucault*. London: Sage.

REID, John (2006). *Security, Freedom and the Protection of Our Values*. Discurso proferido pelo Home Secretary para o DEMOS. Londres, Reino Unido: 09/08/2006. Disponível em: <http://press.homeoffice.gov.uk/Speeches/sp-hs-DEMOS-090806?version=1> (consultado em 09/01/2007).

RIDDELL, Mary (2006). “Savage Truth?”. In: *Comment Is Free, Guardian Unlimited* (23/3/2006). Disponível em: http://guardian.co.uk/commentisfree>mary_riddell (consultado em 17/5/2007).

ROSE, Jacqueline (1987). *Sexuality in the field of vision*. London: Verso.

ROSE, Nikolas (1993). “Government, authority and expertise in advanced liberalism”. In: *Economy and Society*, vol. 22, n. 3, pp. 283-299.

___ (1996a). “Governing ‘advanced’ liberal democracies”. BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

___ (1996b). *Inventing our selves: psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.

___ (1999). *Governing the soul: the shaping of the private self*. Londres: Free Association Books.

SMART, Barry (2004). *Michel Foucault*. London: Routledge.

TIE, Warwick (2004). “The psychic life of governmentality”. In: *Culture, Theory and*

Critique, vol. 45, n. 2.

VALVERDE, Marianne (1996). “‘Despotism’ and ethical governance”. In: *Economy and Society*, vol. 25, n. 3, pp. 357-372.

Documentos:

Civil Renewal Unit (2005). *Together We Can*. London: Home Office.

Home Office (2004). *Confident Communities in a Secure Britain: The Home Office Strategic Plan 2004-2008*, Cmnd. 6287. London: Home Office.

Home Office (2006). *From improvement to transformation: an Action Plan to reform the Home Office so it meets public expectations and delivers its core purpose of protecting the public*. London: Home Office.

Respect Task Force (2006). *Respect Action Plan*. Londres: COI.

Programas televisivos:

BBC News. “At-a-Glance: Home Office Woes” (22/5/2006). Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4946460.stm. (consultado em 14/12/2006).

BBC News. “Reid proposes Probation Overhaul” (7/11/2006). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/6123966.stm>. (consultado em 19/12/2006).

Fóruns de discussão na internet:

BBC News (Fórum-a). “Should Charles Clarke Resign? *Have Your Say*” (Fórum de discussão aberto em 25/4/2006 e fechado em 2/5/2006). Disponível em: <http://newsforums.bbc.co.uk/nol/thread.jspa?threadID=1570&&edition=1&tt1=20061219180037>. (consultado em 19/12/2006).

BBC News (Fórum-b). “Lend a Hand: Do We Need a Probation Service Review? *Have Your Say*” (Fórum de discussão aberto e fechado em 20/3/2006). Disponível em: <http://newsforums.bbc.co.uk/nol/thread.jspa?sortBy=i&threadID=1374&start=0&tart=0&edition=1>. (consultado em 19/12/2006).